

Relato de experiência

Avaliação decolonial na Clínica Afrodiaspórica: Um relato de experiência formativa

Decolonial evaluation in Afro-Diasporic Clínica practice:
A formative experience report

Kizye Lins dos Santos Dutra^{1*} 

¹Instituto Odù – Instituto de Ensino, Pesquisa e Saúde Integral, Porto Alegre, RS, Brasil

COMO CITAR: Dutra, Kizye Lins dos Santos. (2026). Avaliação decolonial na Clínica Afrodiaspórica: Um relato de experiência formativa. *Revista Brasileira de Avaliação*, 15(2spe), e151326. <https://doi.org/10.4322/rbaval.202600172026>

Resumo

Este artigo apresenta um relato de experiência desenvolvido no âmbito de uma formação em Clínica Decolonial Afrodiaspórica, realizada em formato on-line ao longo de 12 módulos em 2025, com foco na construção de processos avaliativos orientados por epistemologias decoloniais. O problema central reside na persistência de práticas avaliativas baseadas em métricas universalizantes, instrumentos padronizados, testes normatizados e protocolos clínicos eurocêntricos que tendem a reproduzir desigualdades raciais e a desconsiderar contextos históricos, culturais e territoriais. Sustenta-se que a avaliação pode ser ressignificada como vivência ética e relacional, orientada pela escuta, pela ancestralidade e pela coletividade. A experiência envolveu aproximadamente 40 profissionais do campo da saúde, da educação e do cuidado, majoritariamente pessoas negras, ao longo de um percurso formativo estruturado em rodas de partilha. Foram construídas e aplicadas quatro ferramentas avaliativas qualitativas e simbólicas: o Mapa Simbólico Amefricano, a Ficha de Escuta Decolonial, a Roda de Axé Clínic e a Linha de Resistência Psíquica. Conclui-se que a avaliação decolonial pode contribuir para práticas comprometidas com equidade racial e justiça cognitiva, e que suas ferramentas são adaptáveis a outros contextos culturais marcados pela colonialidade do saber.

Palavras-chave: Avaliação decolonial. Relato de experiência. Equidade racial. Epistemologias do Sul. Clínica afrodiaspórica.

Abstract

This article presents an account of an experience developed within a training program in Afro-Diasporic Decolonial Clinical Practice, conducted online over 12 modules in 2025, focusing on the construction of evaluative processes guided by decolonial epistemologies. The central problem lies in the persistence of evaluation practices based on universalizing metrics — standardized tests, normed instruments, and Eurocentric clinical protocols — which tend to reproduce racial inequalities and disregard historical, cultural, and territorial contexts. It is argued that evaluation can be re-signified as an ethical and relational experience, guided by listening, ancestry, and collectivity. The experience involved approximately 40 professionals from the fields of health, education, and care, mostly Black people, throughout a training path structured in sharing circles. Four qualitative and symbolic evaluative tools were constructed and applied: the Afro-Brazilian Symbolic Map, the Decolonial Listening Form, the Clinical Axé Circle, and the Line of Psychic Resistance. It is concluded that decolonial evaluation can contribute to practices committed to racial equity and cognitive justice.

Keywords: Decolonial evaluation. Experience report. Racial equity. Epistemologies of the South. Afrodiasporic clinical practice.

Kizye Lins dos Santos Dutra
Negra, Professora Formadora, Instituto
Odù: Instituto de Ensino, Pesquisa e
Saúde Integral

Recebido: 27/01/2026

Aceito: 06/05/2026

Editor/a:

Rayane Stephanie Gomes de Freitas

***Autor correspondente:**

Kizye Lins dos Santos Dutra

E-mail: apsikizye@gmail.com

Instituição parceira:

Parceiros do número especial

A RBAVAL apoia práticas editoriais comprometidas com a diversidade, a equidade e a inclusão na produção científica. Nesse sentido, solicita aos/às autores/as autodeclaração de cor/etnia e outros marcadores sociais relevantes para sua trajetória e representatividade. Nosso objetivo é tornar visível a pluralidade de experiências presentes nos artigos publicados. A publicação destes dados não é obrigatória, sendo divulgados de forma agregada anualmente.





Introdução

Compreendo a avaliação como um dispositivo central nas práticas educacionais, clínicas e institucionais contemporâneas. Historicamente apresentada como instrumento técnico, neutro e racional, a avaliação tem operado como tecnologia de poder, organizando hierarquias, classificando sujeitos e legitimando determinados saberes em detrimento de outros. Nas experiências das populações negras e racializadas, processos avaliativos foram frequentemente utilizados como mecanismos de controle, patologização e exclusão, contribuindo para a reprodução de desigualdades raciais, epistêmicas e subjetivas.

Ao longo de minha trajetória como mulher negra, terapeuta e educadora afrodiaspórica, testemunhei como a lógica colonial da avaliação esteve associada ao vigiar, medir e normatizar. O olhar avaliativo, sustentado por parâmetros eurocêntricos, instituiu modelos universais de inteligência, comportamento e saúde mental, transformando a diferença em desvio e a diversidade em déficit. Para corpos negros, isso significou não apenas a negação de saberes, mas a produção sistemática de sofrimento psíquico, desautorização subjetiva e ruptura com a ancestralidade.

Foi a partir dessas vivências clínicas e formativas que passei a questionar os modos tradicionais de avaliar, em especial os instrumentos padronizados de avaliação psicológica, os protocolos diagnósticos universalizantes e as métricas de desempenho que estruturam tanto o campo clínico quanto o educacional. Percebi que a avaliação, tal como historicamente instituída, desconsidera os modos africanos e afrodiaspóricos de produzir conhecimento, cuidar da vida psíquica e sustentar processos de aprendizagem. Ela propaga a separação entre o racional e o emocional como marca de um projeto civilizatório dito “moderno”, que carrega sócio historicamente as marcas do racismo, do sexismo e do colonialismo.

Diante disso, encontrei na Clínica Afrodiaspórica uma proposta ética e epistemológica comprometida com a decolonização do cuidado e com a reconstrução de práticas avaliativas mais alinhadas à ancestralidade, à oralidade, ao corpo e à coletividade. Neste artigo, analiso e sistematizo uma experiência de avaliação decolonial¹ desenvolvida no âmbito de uma formação em Clínica Decolonial Afrodiaspórica, realizada em 2025. A questão que orienta este estudo é: como avaliar processos formativos e clínicos sem reproduzir a colonialidade do saber, do ser e do sentir?

Avaliação, colonialidade e racismo epistêmico: o que está sendo criticado

Para compreender a proposta deste relato, é necessário nomear com precisão quais práticas avaliativas estão sendo questionadas e por quê. A crítica aqui desenvolvida se dirige a três conjuntos de instrumentos e lógicas hegemônicas: (a) os testes psicológicos padronizados e normatizados com base em populações majoritariamente brancas e europeias; (b) os protocolos diagnósticos clínicos sustentados em categorias que desconsideram determinantes raciais e sociohistóricos do sofrimento psíquico; e (c) os instrumentos avaliativos educacionais e formativos como: escalas de desempenho, rubricas e indicadores de competência que operam sob a suposição de neutralidade cultural.

Esses dispositivos compartilham uma base comum: a colonialidade do saber. Para Aníbal Quijano, trata-se de “uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos” (Quijano, 2005, p. 228). No campo da avaliação, essa lógica manifesta-se por meio de indicadores abstratos, métricas universalizantes e instrumentos padronizados que desconsideram raça, território, história e ancestralidade (Santos, 2010).

Sob a aparência da neutralidade, esses dispositivos produzem hierarquias epistêmicas e ontológicas. A avaliação, nesse paradigma, não se limita à mensuração de resultados: ela atua como tecnologia de classificação dos sujeitos, definindo quem pode ser reconhecido como produtor de conhecimento e quem permanece restrito à condição de objeto avaliado.

¹ Adota-se o termo decolonial, e não descolonial em consonância com Maldonado-Torres (2018) e Mignolo e Walsh (2018), que distinguem colonialismo (fato histórico) de colonialidade (estrutura que persiste): o projeto decolonial se contrapõe à colonialidade, não ao colonialismo já formalmente encerrado



Historicamente, as populações negras foram posicionadas como corpos a serem observados, corrigidos e normalizados, o que reforçou a inferiorização racial e a negação de suas epistemologias.

A universalização dos critérios avaliativos transforma experiências situadas em normas globais, apagando contextos históricos, culturais e territoriais. Como aponta Lélia Gonzalez (2020), o racismo opera também no campo da linguagem, silenciando saberes afrodiaspóricos e naturalizando a hegemonia eurocentrada como referência de ciência. A ancestralidade torna-se atraso; a oralidade, ignorância; a espiritualidade, superstição.

No campo clínico especificamente, essa lógica se traduz na patologização de experiências racializadas, na leitura individualizante do sofrimento e na desconsideração dos efeitos psíquicos do racismo estrutural. Frantz Fanon (2008) demonstra que o racismo organiza a experiência subjetiva negra, produzindo alienação, fragmentação identitária e sofrimento psíquico contínuo: o corpo negro aprende a se olhar com os olhos do colonizador, internalizando a negação de si. Neusa Santos Souza (1983) nomeia esse processo como a imposição do ideal do ego branco, o que acaba se tornando uma régua inalcançável que produz sentimentos crônicos de inadequação, autoestranhamento e desvalorização. Na clínica tradicional, essas dores costumam ser tratadas como questões individuais, desvinculadas de sua origem histórica e estrutural.

Beatriz Nascimento (2018) nos lembra que o quilombo é território de memória, resistência e produção de conhecimento. No entanto, a avaliação colonial nunca soube ler quilombos. A autora afirma:

Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território. É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível (sic)duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho a direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou. (Nascimento, 1989 citado por Ratts, 2006, p. 59).

Diante disso, qualquer proposta de avaliação comprometida com a equidade racial exige uma crítica radical às bases coloniais que sustentam os modelos avaliativos hegemônicos. Avaliar torna-se, necessariamente, um ato político e ético: implica escolher entre reproduzir hierarquias ou construir práticas de cuidado, reconhecimento e reparação histórica.

Epistemologias afrodiaspóricas e avaliação: fundamentos para uma prática outra

Toda epistemologia tem um chão. A proposta deste artigo ancora-se em três eixos epistemológicos centrais, articulados à Clínica Afrodiaspórica: a amefricanidade de Lélia Gonzalez, as Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos, e a Psicologia Africana (Black Psychology) sistematizada por Wade Nobles e Na'im Akbar.

Tendo a Amefricanidade e a diáspora como território de saber, o pensamento de Lélia Gonzalez (1988) é ponto de partida. Sua categoria político-cultural de amefricanidade nomeia a diáspora africana nas Américas como produtora de uma cultura e de saberes próprios, que a lógica colonial sistematicamente recusa reconhecer. Para a avaliação, isso implica que os critérios, linguagens e formas de manifestação do conhecimento afrodiaspórico precisam ser considerados como legítimos e não medidos por régua que lhes são alheias.

Nas epistemologias do Sul e justiça cognitiva, Boaventura de Sousa Santos (2010) propõe que não há justiça social sem justiça cognitiva. O sofrimento humano causado pela colonialidade inclui o apagamento de modos de conhecer. Aplicada à avaliação, essa perspectiva exige que os instrumentos avaliativos reconheçam a pluralidade epistêmica e não operem como filtros que eliminam saberes por serem “não científicos” segundo critérios eurocentrados.



Sobre Psicologia Africana e saúde mental negra, Wade Nobles (1986) propõe o *self* africanizado como referência de saúde mental, fundamentado na ancestralidade e na coletividade. Akbar (1996) afirma que a libertação psicológica do povo negro está diretamente vinculada à reconexão cultural e espiritual. Juntos, esses autores oferecem chão clínico para uma avaliação que leia o fortalecimento do Orí, a cabeça, a subjetividade, o destino. E não o déficit em relação a normas brancas.

A esses eixos se somam contribuições brasileiras que os ampliam e contextualizam. Azoilda Loretto da Trindade (2014) sistematiza os valores civilizatórios afro-brasileiros como oralidade, ancestralidade, circularidade, cooperativismo, corporeidade, axé e também fundamentos éticos para práticas educativas e avaliativas não hierarquizantes. Eduardo Oliveira propõe a ancestralidade como filosofia, compreendendo o conhecimento como reencontro com o invisível que vibra no corpo e na memória coletiva. Luiz Rufino (2019), com a Pedagogia das Encruzilhadas, afirma que o saber nasce nos cruzos, onde o erro é possibilidade e o desvio é caminho.

Nesse horizonte, a Clínica Afrodiaspórica integra filosofia, psicanálise e ancestralidade em uma ética do cuidado enraizada na experiência negra. Ela lê o sofrimento não como falha individual, mas como descompasso entre corpo, história e axé. Entende a cura como reencontro com o ritmo da própria ancestralidade, como reconexão com aquilo que sustenta a existência para além da lógica colonial da produtividade e da normalização. Avaliar, nesse contexto, é cuidar. Não é vigiar, mas sustentar. Não é classificar, mas acompanhar.

Metodologia: relato de experiência avaliativa

Este estudo configura-se como relato de experiência de natureza qualitativa, vivencial e situada, desenvolvido no âmbito da *Formação em Clínica Decolonial Afrodiaspórica*, realizada em formato remoto ao longo de 12 módulos temáticos no ano de 2025, com carga horária total de 120 horas.

Participaram aproximadamente 40 pessoas, majoritariamente negras, oriundas de diferentes regiões do Brasil e do exterior, incluindo psicólogos/as, educadores/as, assistentes sociais e lideranças comunitárias. A formação foi organizada a partir da lógica da roda e da partilha, valorizando a oralidade, o corpo e a ancestralidade como dispositivos de aprendizagem.

A avaliação esteve presente ao longo de todo o percurso formativo, não como etapa final ou produto isolado, mas como processo contínuo e integrado. Em cada módulo, foram utilizadas ao menos duas ferramentas avaliativas. As informações emergiram a partir de narrativas partilhadas, registros simbólicos, gestos corporais, silêncios, cantos e expressões afetivas. A análise ocorreu por meio de leitura interpretativa e simbólica, acompanhando deslocamentos subjetivos e transformações ético-políticas ao longo do tempo.

Reconheço que este estudo é conduzido a partir de minha posição como mulher negra, terapeuta e formadora afrodiaspórica. O que constitui, simultaneamente, um recurso epistêmico e uma possível limitação a ser nomeada. A proximidade com as/os participantes e o compartilhamento de marcadores identitários aprofundam a escuta, mas também implicam o risco de sobreidentificação e de leitura parcial dos processos. Por isso, a análise foi complementada por supervisões coletivas realizadas nas próprias rodas, buscando perspectivas múltiplas sobre os mesmos processos.

Ferramentas decoloniais de avaliação

As quatro ferramentas apresentadas a seguir foram construídas coletivamente durante a formação, a partir das contribuições das/os participantes e dos referenciais epistemológicos descritos anteriormente. Elas não visam medir desempenhos, mas acompanhar processos de fortalecimento subjetivo, pertencimento comunitário e reconexão ancestral. Cada uma pode ser adaptada a outros contextos marcados pela colonialidade do saber, mas reforço que o meu foco foram realmente as comunidades afro diaspóricas e é esse o público intencionado para o que aqui propus e executei.



Mapa simbólico amefricano.

Ferramenta de cartografia avaliativa inspirada na categoria de amefricanidade de Lélia Gonzalez (1988). Articula sete dimensões: identidade, pertencimento, resistência, cura, ancestralidade, território e axé vital. Foram representadas graficamente por cada participante ao início e ao final da formação. A comparação entre os dois mapas permite acompanhar deslocamentos subjetivos, sem estabelecer hierarquia entre estados iniciais e finais. Em outros contextos culturais, as dimensões podem ser renegociadas coletivamente com as comunidades envolvidas.

Ficha de escuta decolonial

Instrumento qualitativo que substitui indicadores normativos por registros narrativos, simbólicos e corporais. Estruturada em três campos: o que foi dito, o que foi sentido no corpo, o que foi silenciado, a ficha é preenchida pela pessoas formadora após cada roda, evitando classificações e hierarquizações. Pode ser utilizada em contextos clínicos, educacionais e institucionais como alternativa a formulários de avaliação de desempenho tradicionais.

Roda de axé clínico

Dispositivo coletivo de coavaliação e supervisão horizontal, realizado ao final de cada módulo. Funciona como espaço de devolutiva contínua e monitoramento comunitário, no qual todas as pessoas participantes avaliam o processo — e não apenas são avaliadas. A circularidade é princípio organizador: não há lugar de fala hierarquicamente superior. Em contextos institucionais que resistam à lógica circular, a roda pode ser introduzida de forma gradual, começando como espaço opcional de devolutiva.

Linha de resistência psíquica

Ferramenta narrativa que convida cada participante a inscrever suas experiências de sofrimento, ruptura e recomposição em uma linha do tempo coletiva da diáspora negra. Ao localizar a dor individual em um fluxo histórico mais amplo, a ferramenta permite avaliar processos de ressignificação do trauma sem individualizá-los. Em outros contextos, a linha pode ser adaptada para mapear histórias de resistência de outros grupos subalternizados.

Resultados e discussão

A experiência evidenciou que a avaliação, quando conduzida a partir de epistemologias decoloniais, pode tornar-se processo de cuidado e fortalecimento coletivo. Observou-se redução do medo associado à avaliação; fortalecimento do sentimento de pertencimento; ampliação da consciência racial; maior engajamento no processo formativo; e produção de práticas clínicas mais éticas e contextualizadas.

A avaliação deixou de ser percebida como julgamento e passou a ser vivida como espaço de reconhecimento. A Roda de Axé Clínico consolidou-se como dispositivo central de monitoramento, permitindo que aprendizados e limites fossem nomeados coletivamente. O Mapa Simbólico Amefricano revelou deslocamentos subjetivos que instrumentos tradicionais não captariam: participantes que, ao início da formação, não representavam a ancestralidade em seus mapas; ao final, passaram a inscrevê-la como dimensão central.

Esses resultados têm implicações para práticas mais amplas nos setores de saúde e educação. No campo clínico, sugerem que protocolos de avaliação psicológica podem ser complementados e contestados por ferramentas que considerem determinantes raciais e comunitários do sofrimento. No campo educacional, indicam que processos avaliativos formativos podem incorporar lógicas circulares e narrativas sem abrir mão de um dito, rigor apenas situando propostas e saberes.

A integração dessas ferramentas em estruturas institucionais que resistam à mudança é um desafio real. A estratégia que se mostrou mais eficaz foi a introdução gradual: começar por espaços de menor resistência institucional como supervisões, grupos de estudo ou formações continuadas, demonstrando a consistência dos resultados e, a partir daí, propor adaptações nos protocolos formais. A nomeação explícita do racismo epistêmico como problema institucional, sustentada por referências como Quijano (2005) e Grosfoguel (2016), fortalece o argumento político necessário para essa disputa.



Quanto à formação de profissionais, recomenda-se que a adoção dessas práticas seja precedida de formação específica em epistemologias afrodiaspóricas, incluindo estudo de autoras como Lélia Gonzalez, Wade Nobles e Neusa Santos Souza. Não se trata de adicionar ferramentas a um repertório técnico, mas de deslocar o lugar epistemológico a partir do qual se avalia.

Autorreflexão sobre o processo de avaliação em interface com questões raciais

Avaliar, para mim, sempre foi ato político antes de ser técnico. Como mulher negra formada em uma psicologia que não me via, aprendi a desconfiar das régua. Esta formação me exigiu construir outras não para medir, mas para testemunhar. Reconheço que minha posição de formadora implicada produz pontos cegos: onde vejo fortalecimento, pode haver conformidade; onde leio cura, pode haver silêncio. Por isso, a roda não é apenas ferramenta: é também dispositivo de vigilância epistêmica sobre mim mesma.

Considerações finais

Neste texto, busquei demonstrar que os processos de avaliação podem ser profundamente ressignificados quando orientados por epistemologias decoloniais e afrodiaspóricas. A experiência vivenciada na Formação em Clínica Decolonial Afrodiaspórica revelou que avaliar não precisa ser sinônimo de controle, vigilância ou hierarquização, mas sim constituir-se como prática de cuidado, escuta, reconhecimento e fortalecimento coletivo.

As ferramentas desenvolvidas, ou seja, o Mapa Simbólico Amefricano, a Ficha de Escuta Decolonial, a Roda de Axé Clínico e a Linha de Resistência Psíquica, permitiram que a avaliação fosse vivida como processo contínuo, relacional e situado. Não proponho um modelo universal, mas uma possibilidade ética de reimaginar a avaliação a partir das epistemologias do Sul, da psicologia africana e dos valores civilizatórios afro-brasileiros.

Reconheço as possíveis limitações desta experiência: o contexto situado, o compartilhamento de marcadores identitários entre formadora e participantes, e a ausência de acompanhamento longitudinal dos efeitos das ferramentas na prática clínica e educacional de quem participou. No entanto, percebo também como muitas dessas etapas, que poderiam ser visualizadas como fragilidade somente, colocam essa produção diretamente em diálogo com os conhecimentos na qual ela se embasa. Localizando social e racialmente quem avalia e quem é avaliado e promovendo uma relação outra, e portanto uma avaliação outra, que talvez não fosse possível de outro modo.

Reafirmo, contudo, que a avaliação, quando ancorada na escuta, na ancestralidade e na coletividade, deixa de ser instrumento de controle para tornar-se vivência de cuidado. Ela passa a acompanhar processos de existência, pertencimento e reexistência dos sujeitos negros, reafirmando a vida como território de dignidade, memória e futuro.

Fonte de financiamento

Não há.

Conflito de interesse

Não há.

Agradecimentos

Durante a preparação deste trabalho, a autora utilizou do chat GPT, em 05/01/2026 para sugerir possíveis correções. Após o uso desta ferramenta, a autora revisou e editou o conteúdo em conformidade com o método científico e assume total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.



Referências

- Akbar, Na'im. (1996). *Breaking the chains of psychological slavery*. Tallahassee, FL: Mind Productions.
- Fanon, Frantz. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba.
- Gonzalez, Lélia. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, (92/93), 69-82.
- Gonzalez, Lélia. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Grosfoguel, Ramón. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
- Maldonado-Torres, Nelson. (2018). Dez teses sobre colonialidade e decolonialidade. In Joaze Bernardino-Costa, Ramón Grosfoguel & Nelson Maldonado-Torres (Eds.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 33-50.
- Mignolo, Walter D., & Walsh, Catherine E. (2018). *On decoloniality: Concepts, analytics, praxis*. Durham: Duke University Press. <https://doi.org/10.1215/9780822371779>
- Nascimento, Beatriz. (2018). *Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial.
- Nobles, Wade. (1986). Sakh Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In Elisa Larkin Nascimento (Ed.), *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro. p. 277-297.
- Quijano, Aníbal. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Edgardo Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO. p. 227-278.
- Ratts, Alex. (2006). *Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial.
- Rufino, Luiz. (2019). *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula.
- Santos, Boaventura de Sousa. (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- Souza, Nuesa Santos. (1983). *Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal.
- Trindade, Azoilda Loretto da. (2014). Valores civilizatórios afro-brasileiros e educação infantil: uma contribuição afropedagógica. In Ana Paula Brandão (Ed.), *Modos de brincar, modos de fazer*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho. p.11-16.